



Tarefas da imprensa alternativa na construção da contra-hegemonia na América Latina¹

Alexandre Barbosa²

Universidade Nove de Julho (Uninove) / Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo - SP

Resumo

Desde os primeiros anos do século XXI, a América Latina passa por um ciclo de governos de esquerda e centro-esquerda que configuram um novo quadro geopolítico no qual a imprensa alternativa exerce papel relevante que vai desde a defesa dos movimentos sociais até o fortalecimento de uma posição contra-hegemônica destes países em relação ao domínio norte-americano. Este artigo mostra que, para exercer este papel com autonomia, a imprensa alternativa precisa adotar um modelo de produção jornalístico que se oponha à ideologia positivista e liberal da indústria jornalística.

Palavras-chave

Imprensa alternativa; contra-hegemonia; noticiabilidade; América Latina

Historicamente, a imprensa das classes subalternas na América Latina é responsável pelo registro da história das lutas populares. No Brasil, por exemplo, graças aos jornais operários do início do século XX e da imprensa alternativa durante os anos 60 e 70, em veículos como Opinião e Movimento, hoje é possível pesquisar os debates e eventuais vitórias e derrotas das classes populares em suas lutas.

Este papel cabe à imprensa alternativa, pois a indústria jornalística, graças ao seu modo de produção e à sua ideologia, como este artigo irá demonstrar, adota critérios de noticiabilidade que ou excluem ou criminalizam as lutas populares.

Além disso, como pode ser interpretado a partir dos escritos do pensador italiano Antonio Gramsci, a imprensa organicamente ligada às classes populares organizadas atua no processo de construção da contra-hegemonia.

Em seu tempo, Gramsci via a sociedade civil, estruturada pelo que chamou de aparelhos privados de hegemonia, como alternativa viável de produção de novas hegemonias emancipatórias, na medida em que subentendia um relativo equilíbrio entre esses aparelhos, da igreja laicizada às escolas igualmente laicas, dos sindicatos em ascensão política à imprensa de opinião ainda não totalmente comercializada; em especial na Europa. Ele acreditava ser possível a produção de consensos emancipatórios pela via de uma cultura e uma prática política

¹ Trabalho apresentado no GP Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais na América Latina, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na ECA/USP; mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP; coordenador e professor do curso de Jornalismo da Universidade Nove de Julho (Uninove-SP). Email: alexandre@latinoamericano.jor.br



revolucionárias, ao alcance de um proletariado socialmente majoritário e politicamente educado, graças ao partido de massas – o moderno Príncipe. (RAMOS, 2007: p.37)

Portanto, cabe também à imprensa – caracterizada por Gramsci como imprensa de opinião – ligada às classes subalternas, construir o que Octávio Ianni chamou de “hegemonia alternativa, na qual se expressam as classes e os grupos sociais subalternos em luta para realizar sua vontade coletiva nacional-popular, alcançando a soberania” (IANNI, 2000: p.146).

Porém, como também observa Murilo César Ramos:

o que Gramsci não antecipou foi a rápida e progressiva modificação da imprensa; os jornais de opinião logo perderiam espaço acelerado para os jornais de massa, comerciais, [...] para um rádio e uma televisão igualmente massificados e ainda mais dominados pelo financiamento comercial, atrelado ao consumo capitalista e por conteúdos de lazer catártico tão mais atraentes quanto fossem seus conteúdos ideologicamente alienantes. (RAMOS, 2007: p.37)

Portanto, a imprensa das classes subalternas e a indústria jornalística estão em campos opostos na luta hegemônica. Enquanto a indústria jornalística, mesmo de forma aparentemente velada, reforça a ideologia capitalista, coube à imprensa alternativa, por estar associada a quem sofre o domínio hegemônico, a tarefa de resistir.

Na América Latina, essa dicotomia entre essas duas formas de imprensa ocorreu durante todo o século XX (com origens ainda no final do século XIX quando essas nações se formaram) e caminha no século XXI de forma mais acelerada, graças às novas tecnologias de comunicação que permitiram à imprensa alternativa novas formas de se estabelecer.

Nos últimos vinte anos, como mostra o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos:

En el subcontinente, más que en ningún otro sitio, se há logrado hacer con éxito un uso contrahegómico de instrumentos políticos hegemónicos como la democracia representativa, el derecho, los derechos humanos y el constitucionalismo. Entiendo por instrumentos hegemónicos las instituciones desarrolladas en Europa a partir del siglo XVIII por la teoría política liberal con vistas a garantizar la legitimidad y gobernalidad del Estado de derecho moderno em las sociedades capitalistas emergentes. Se trata de instrumentos hegemónicos porque fueron diseñados para garantizar la reproducción ampliada de las sociedades capitalistas de clases y porque son creíbles como garantes de la consecución del bien común, incluso por las clases populares em si afectadas negativamente por ellos. (SANTOS, 2010, p.67-68)



Os movimentos sociais organizados, como o MST no Brasil, o EZLN no México, sindicatos, associações de jornalistas e intelectuais, partidos políticos de esquerda e entidades ligadas aos direitos das minorias, desenvolveram meios de comunicação aproveitando as contradições dos instrumentos hegemônicos da própria burguesia:

El uso contrahegemónico, como su nombre lo indica, significa la apropiación creativa por parte de las clases populares, para sí, de esos instrumentos [entre eles os meios de comunicação] con el fin de hacer avanzar sus agendas políticas más allá del marco político-económico del Estado liberal y de la economía capitalista. Las movilizaciones populares de las últimas décadas por un nuevo constitucionalismo, desde abajo, por el reconocimiento de los derechos colectivos de las mujeres, indígenas y afrodescendientes, por la promoción de procesos de democracia participativa que obren en paralelo [...] las reformas legales orientadas al fin de la discriminación sexual y étnica, el control nacional de los recursos naturales, las luchas para retomar la tensión entre democracia y capitalismo eliminada por el neoliberalismo. (SANTOS, 2010, p.68)

Porém, para a imprensa alternativa efetivamente exercer papel relevante na construção da contra-hegemonia, ela deve se diferenciar radicalmente da indústria jornalística adotando:

- a) um novo processo de seleção e construção das notícias;
- b) uma oposição ao modelo norte-americano de jornalismo, que não se esconde por trás do mito da objetividade e assume abertamente sua ideologia;
- c) uma oposição à ideologia positivista e liberal da indústria jornalística.

Do contrário, a imprensa alternativa pode cair no risco do confronto pela disputa do índice de audiência, o que a levaria ao desgaste financeiro, como foi visto em diversos casos de veículos ao longo da história, que deixaram de circular por não conseguir manter seus custos.

A seguir serão detalhados a ideologia e o modo de produção jornalístico da indústria de comunicação, aos quais a imprensa alternativa deve se diferenciar.

1. Indústria jornalística: ideologia positivista e liberal

A atual formatação da indústria jornalística tem origem na ascensão da burguesia como classe social e, a partir do final do século XIX e início do século XX, com a expansão capitalista e imperialista, passou a ser dominada por grupos empresariais ou pelos chamados “barões da mídia”, empresários que detinham o controle de vários



veículos de comunicação, como, por exemplo, Assis Chateaubriand, no Brasil, que tem seus principais meios de comunicação dominados por famílias como Civita, Marinho, Frias e Mesquita.

Esse DNA da indústria jornalística é fundamental para entender sua prática e seu discurso e dá parâmetros para que a crítica à sua atuação não se confunda com atentados à liberdade de expressão, como os editoriais da própria indústria jornalística tentam pregar.

Muniz Sodré (2009, p. 10-11) mostra que, “ao fincar pé na história como o meio de comunicação preferencial da burguesia, a imprensa mostra-se ideológica em mais de um sentido. [...] Sua modernidade está visceralmente ligada às [...] exigências que mercado livre levava a classe burguesa dominante a fazer a si mesma, desde meados do século XVII.” Sodré entende essa ideologia como “sistema de idéias ou pensamentos organizados, [...] um instrumento doutrinário diferencial da classe em ascensão, sujeito às distorções da realidade ou dos fatos em favor da vitória na argumentação, [...] significa a luta discursiva que se trava para decidir quem domina”.

Para Sodré, a imprensa serviu aos interesses da burguesia, como classe que desejava tomar o poder de assalto, porque legitimava seu discurso não pela posição que ela tinha na sociedade, mas pela racionalidade que ele encerrava. Ou seja, a imprensa burguesa se colocava no papel de esclarecer o público leitor:

[...] tentando fazer passar uma ideia ou uma causa como indutoras de modernização e progresso. Emergindo historicamente na passagem do Estado absoluto ao Estado de direito, como porta-voz dos direitos (civis) que inauguram a modernidade da cidadania, a imprensa traz consigo a novidade ideológica da liberdade de expressão, mas sem abandonar por inteiro a garantia de alguns velhos recursos mitológicos, a exemplo da construção de uma narrativa sobre si mesma como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais, e mais, a retórica encantatória na narração fragmentária sobre a atualidade. [...] Uma vez ultrapassada a fase artesanal e publicista, a imprensa passou a oscilar continuamente entre os seus interesses empresariais – dificilmente isentos das tentações da manipulação e da corrupção política – e os fatos relativos à realidade sociopolítica de seu público, sempre cercada pela mística da defesa incondicional dos direitos da cidade regional ou mundial. (SODRÉ, 2009: p.12-13)

Dois aspectos deste raciocínio de Muniz Sodré devem ser detalhados: primeiro, os conceitos de liberdade de imprensa e esfera pública; depois, a mística de ser a administradora da verdade sobre os fatos e a narração mítica e fragmentária dos fatos.

1.1 Conceito burguês de liberdade de imprensa



A imprensa se alimenta do conceito de esfera pública. Venício Lima mostra (2010) como esse conceito é um discurso político para garantir a liberdade burguesa diante do absolutismo da nobreza e que hoje é empregado pela indústria jornalística como forma de desqualificar as tentativas de regulação dessa mesma indústria.

Venício Lima cita três pontos do inglês Thomas Paine (1737-1809), que tem sido utilizado no campo das comunicações como defensor da liberdade de imprensa, para mostrar como o conceito de liberdade de imprensa é utilizado de forma errônea. Primeiro: o maior patrimônio dos jornais é a credibilidade; segundo: a expressão “liberdade de imprensa” tem origem na liberdade de imprimir e não tem relação com o conteúdo impresso, portanto a responsabilidade do conteúdo é daquele que escreve e terceiro, a liberdade de imprimir não exime o autor de ser julgado pelo público pelo conteúdo impresso.

O autor destaca que há diferenças históricas entre as circunstâncias que deram origem à expressão liberdade de imprensa a que se vive no Brasil, dois séculos depois. Enquanto os jornais reclamavam o direito de imprimir em meio às revoluções burguesas na Inglaterra e na França, num espírito de combate ao absolutismo da nobreza, “na nossa versão de democracia liberal, a grande imprensa é uma instituição poderosa, concentrada nas mãos de uns poucos grupos empresariais familiares, beneficiária da propriedade cruzada e da ausência histórica de formas democráticas de regulação”. (LIMA, 2010: p. 45).

A regulação do mercado e a democratização dos meios de comunicação atualmente são causas da sociedade civil organizada, que, ao entender que a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias prejudica o acesso do cidadão a diferentes pontos de vista, propõe a possibilidade de existirem e prosperarem novos veículos de imprensa, nas modalidades impressa, digital e eletrônica (rádios e TVs principalmente). Ao propor a ampliação, os movimentos sociais criticam a forma como são criminalizados pela indústria jornalística, como é o caso do MST no Brasil.

Quando a indústria jornalística lança mão do conceito de liberdade de imprensa para defender seus interesses diante dessa democratização, na verdade está utilizando um conceito descontextualizado, que se referia a uma prática liberal diante do Estado Absolutista que não pode mais ser aplicado.

É dever, portanto, da imprensa alternativa, insistir na aprovação de legislações que ampliem e democratizem a concessão de rádios e TVs e que permitam ao cidadão a



possibilidade de criticar e punir as empresas de comunicação que publiquem informações distorcidas em nome de interesses empresariais ou políticos.

Um exemplo de como a indústria jornalística age com a relação aos movimentos sociais, criminalizando suas ações, é a revista *Veja*, da Editora Abril com relação ao MST. A edição de 10 de maio de 2000 da Revista *Veja* traz um texto sobre o MST intitulado “A Tática da Baderna”, que criminaliza as ações do MST e compara um de seus líderes, João Pedro Stédile, ao agente 007, no sentido que ele age criminalmente sem ser punido. Há, inclusive, uma montagem que mistura a foto do rosto de Stédile com o corpo da personagem empunhando uma arma. Após um recurso, em 2005, a justiça de São Paulo entendeu que a Editora Abril “não devia reparação a Stédile” e que a reportagem tinha “interesse público pela verdade dos fatos”.

Os fatos foram considerados verdade pela decisão judicial não só porque foram publicados pela revista como também por outros veículos de comunicação, o que exemplifica a mística da imprensa de ser a administradora da verdade sobre os fatos.

1.2 A narração dos fatos na indústria jornalística

A imprensa burguesa, desde os processos que culminaram com as revoluções liberais inglesa, francesa e norte-americana, se colocou no papel de assegurar ao cidadão (no caso, o cidadão burguês que se sentia oprimido pelo poder absolutista) a representatividade de seus direitos e pensamentos e garantir sua expressão pública.

Essa virtude, decorrente do preceito das liberdades civis instituídas pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, resulta da definição do empenho de liberais [...]. Foi assim que a imprensa livre pôde ser reconhecida como obra do espírito objetivo moderno e, deste modo, constituir um pano de fundo ético-político que tornaria escandaloso para a consciência liberal, em qualquer parte do mundo, o fenômeno do jornalismo sensacionalista, ou tornaria condenável pela consciência moral do jornalista o falseamento ou o encobrimento da verdade factual. (SODRÉ, 2009, p.12-13)

Daí, o conceito que cabe ao jornalismo noticiar uma verdade, reconhecida assim pelo senso comum, desde que o enunciado corresponda a um fato. E, graças aos mecanismos da indústria jornalística, esse fato é selecionado a partir de regras hierárquicas de importância. A notícia, colocada desta forma, se diferencia da opinião e ganha a característica de ser um relato supostamente imparcial e objetivo do fato.

Esse senso comum incorporado pelo jornalismo sobre os fatos é moldado pelo positivismo, doutrina que coincide com a ascensão da imprensa burguesa. Para o



positivismo, o fato é uma experiência sensível da realidade, para cada fato, deve corresponder um dado sensível empiricamente observável. A objetividade jornalística decorre de um ideal positivista que define o jornalismo como “espelho do mundo real”.

O jornalismo objetivo teria, portanto, uma reprodutibilidade técnica, que partiria de fatos brutos e que não levaria em conta outros fatores como, por exemplo, a carga histórica do repórter ou as condições em que aquele fato foi observado.

A rotina industrial jornalística requer uma organização dada a super abundância dos fatos, pelo horários de fechamento para a finalização das edições (tanto impressa quanto as on-line e as veiculadas em rádio e TV) e pela concorrência com outros veículos. Essa organização pressupõe uma hierarquia dos fatos na medida em que alguns são considerados de maior importância e merecem ser publicados naquela edição. Dentro destes, alguns terão ainda maior destaque e ganharão prioridade no tempo ou no espaço destes veículos. Outros fatos serão considerados de menor ou de nenhuma importância e serão descartados.

A simples escolha entre os fatos já derruba a hipótese da reprodutibilidade técnica do jornalismo, porém, esse espírito positivista está tão ligado à prática jornalística que gerou uma série de teorias que passaram a estudar o porquê as notícias são como são. Essas teorias se opõem à teoria do espelho e consideram que o jornalismo, na verdade, é resultante de uma construção social da realidade.

Durante o século XX, nos EUA, foi desenvolvido o jornalismo que melhor aperfeiçoou sua realização técnica, sua organização capitalista e ideologia liberal. A indústria jornalística norte-americana é voltada para obtenção do lucro, obtido graças aos investimentos de anunciantes de produtos de consumo, interessados nos índices de audiência. Quanto maior o índice de audiência, ou seja, quanto maior a franja do público que aquele veículo consegue alcançar, maior será o preço que ele pode cobrar para abrigar um determinado anúncio.

E a técnica encontrada pela imprensa norte-americana para aumentar o índice de audiência foi aquela do espírito liberal: o de garantia de liberdade e isenção. Ou seja, quanto mais um veículo de comunicação conseguir passar a ideia de que reproduz fielmente os fatos, ou seja, de que se aproxima da verdade dos fatos, sem opiniões ou comentários, maior será sua credibilidade, portanto, maior o índice de audiência.

O jornalismo americano incorporou essa técnica numa forma de narrar que coloca no primeiro parágrafo da notícia os seis elementos considerados essenciais para que o receptor conheça o fato: **o que** aconteceu, **quando** aconteceu, **como** aconteceu,



onde aconteceu, **por que** aconteceu e **quem** esteve envolvido. Essa técnica é batizada de lide, do inglês lead, que significa a condução do leitor pelo que deve compreender da notícia.

Em tese, se a narração do fato se restringir às seis perguntas, não haveria espaço para opiniões ou comentários. Essa análise imediata não leva em consideração que:

- a) já houve uma seleção anterior de quais fatos seriam ou não transformados em notícia;
- b) após a seleção, a construção do texto leva em consideração outros aspectos, como a hierarquia das respostas às perguntas e que ênfase será dada, ou não, a cada uma delas.

Para Nelson Traquina (2005) os jornalistas empregam dois processos para produzir notícias. Primeiro, selecionam os fatos utilizando óculos (molduras) que “enxergam” algumas coisas e não outras. Depois, a partir dessa seleção, dão determinada angulação na narração do fato. Portanto, segundo Traquina, os jornalistas “operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado”.

Muniz Sodré entende que, mesmo utilizando o discurso liberal de garantia das liberdades, na essência, a indústria jornalística, principalmente na América Latina, se presta a manter o poder para as classes dominante, afinal a elas pertencem esses veículos de comunicação.

Esta tarefa [de manutenção do poder das classes dominantes] continuamente levada a cabo pela imprensa, tem requerido mitos progressistas capazes de encobrir o jogo de poder que preside à constituição do discurso jornalístico: toda um parafernália de formas de homogeneização dos discursos sociais e de edição dos acontecimentos a partir de uma cultura eurocêntrica e colonial inerente ao nascimento da imprensa moderna. [...] A ideologia, no limite, assumida pela imprensa industrial como a conhecemos é universalmente burguesa e européia, tecnicamente aperfeiçoada pelos norte-americanos. [...] As reformas gráficas e textuais dos jornais latino-americanos tiveram e continuam a ter como fontes, com raras exceções, os experimentos técnicos levados a cabo pela corporação jornalística nos Estados Unidos. (SODRÉ, 2009, p.12-13)

Entre as formas encontradas para encobrir este jogo pelo poder, Sodré mostra que está a narração mítica e fragmentada dos fatos ao fazer uma comparação entre o texto jornalístico e a narração dos mitos na Antiguidade, que mais revelavam do que explicavam a realidade.

Diante da incapacidade de explicar todos os fenômenos, o homem da Antiguidade narrava acontecimentos que aconteciam em um tempo distante, sem lugar



nem tempo precisos e que geravam mitos necessários para a conexão das coisas. Sodré entende que “essa função integradora na narrativa [mítica] continua presente na comunicação do acontecimento, em geral mesclando realidade histórica com imaginário coletivo, como se dava na oralidade clássica.” (2009: p.15)

Além de incorporar os mitos à narração dos fatos, a imprensa, por diversas vezes, fragmenta essa narração em capítulos, tal qual um folhetim, e deixa o receptor encantado, sempre à espera do próximo desfecho.

Nos dois últimos séculos, a imprensa brada que é a defensora dos direitos civis e, com o “respaldo” do argumento da liberdade de expressão, se utiliza de uma suposta isenção e imparcialidade para narrar os fatos. Porém, dentro desta objetividade jornalística está o mesmo material da narração dos mitos da antiguidade para obter laços e conquistar a audiência das massas.

Isto não quer dizer que a construção da notícia, necessariamente, seja manipulação ou mentira, mas, apesar da aposta na neutralidade, utiliza recursos típicos da literatura como apelos à carga emocional e uso de estereótipos para tornar a compreensão daquele fato mais compreensível.

2. Seleção e construção das notícias na imprensa alternativa

Essa estratégia de narração mítica pode parecer sedutora também para a imprensa alternativa, pois, em tese, facilitaria a compreensão dos fatos. Porém, o que deve diferenciar a imprensa alternativa da indústria jornalística é o modo de produção jornalístico, desde a seleção até a construção das notícias.

O público receptor precisa compreender que aquele meio de comunicação é radicalmente diferente da imprensa ligada às classes dominantes. Se os meios de comunicação ligados a movimentos sociais, sindicatos, associações ou partidos políticos utilizarem a mesma forma de narração da indústria jornalística, caberá apenas à seleção diferenciada da pauta a percepção, por parte do público, que ali está um veículo alternativo.

De fato, uma das características da imprensa alternativa é a de adotar, como categorias de seleção de notícias, o que a indústria jornalística geralmente não adota. Este é o primeiro dever dos veículos das classes subalternas.

No caso da América Latina é dever da imprensa alternativa manter como categorias de seleção de notícias: o processo de reparação dos crimes cometidos pelas



ditaduras militares nos anos 60 e 70, principalmente sobre os desaparecidos políticos; a luta pela reforma agrária, nos diversos países em que ela não aconteceu; as condições de trabalho no campo e na cidade; as manifestações de preservação do folclore; o debate sobre eventos da história latino-americana como as revoltas indígenas, o processo de independência, as lutas operárias como a que resultou no massacre de Santa Maria de Iquique, entre outras pautas.

Porém, é preciso lembrar que em muitos casos, tanto a indústria jornalística quanto a imprensa alternativa cobrem o mesmo fato. A diferenciação entre os dois modos de produção está na abordagem e na construção da notícia.

Cabe à imprensa alternativa a tarefa de tirar o fato de sua condição mítica e apresentar os contraditórios e a contextualização. Não basta apresentar apenas os “dois lados da notícia” como diz o jargão tradicional da imprensa burguesa. Se os textos são ideológicos, ou seja, são resultados da disputa em torno da produção do sentido, da seleção de um ponto de vista que exclui outro, a abordagem (angulação, ponto de vista) escolhida deve ficar evidente para quem recebe aquela informação.

A contextualização detalhada e apresentação da ideologia que levou àquela abordagem da construção da notícia pode tornar o texto denso e, em tese de difícil compreensão. Porém, movimentos sociais com origem no campo, como o MST e EZLN conseguiram criar importantes veículos de comunicação.

A hipótese é que o processo de comunicação destes movimentos sociais soube utilizar outras formas de narração que não as da imprensa burguesa e, no caso do MST, há a compreensão que a comunicação pode ser uma forma de produção contra-hegemônica desde a formação dos quadros de militantes. Por isso, está em curso uma pesquisa no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Celso Frederico que pretende analisar:

- se a imprensa dos movimentos sociais de fato se diferencia da produção jornalística da indústria jornalística, desde a seleção, até a construção das notícias

- se o que faz a comunicação destes movimentos com sua base ser eficiente é a incorporação da cultura popular dos receptores como forma de ampliar a compreensão a contextualização dos fatos. Assim, mesmo que elementos literários sejam utilizados no texto, isso não os torna míticos na medida em que há profunda conexão entre os fatos por meio de explicações históricas



- se essa concepção de comunicação alternativa é a mesma tanto para os quadros do MST que estudam comunicação por meio da pedagogia da alternância, no Ensino Médio, quanto para aqueles que estudam por meio do ensino regular no nível superior.

Referências bibliográficas

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Venício Artur. **Liberdade de expressão e liberdade de imprensa**: direito à comunicação e democracia. São Paulo: Publisher, 2010.

OLIVEIRA, Dennis. **Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta**. São Paulo: SBPjor. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, USP, 2009.

RAMOS, Murilo César & SANTOS, Suzy dos. (Orgs.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina**: perspectivas desde una epistemología del Sur. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes; Siglo Veintiuno Editores, 2010.

SODRÉ, Muniz. **A Narração do Fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.